A ARTE DE ENSINAR A LÍNGUA PORTUGUESA E A LITERATURA

MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA

RESUMO

Há bastante tempo vem se falando sobre a importância da leitura no desenvolvimento do aluno como cidadão e vários documentos têm sido criados objetivando estimular a formação do aluno leitor. Refletindo sobre o papel da leitura na escola e a importância da formação do aluno como leitor, entendemos que o professor precisa compactuar com essa formação, buscando estimular a capacidade do discente de interagir com o conhecimento de forma autônoma. Todavia, não é difícil perceber, hoje, seja em conversa com professores e alunos das mais diversas escolas, que as aulas da disciplina de Literatura não são, geralmente, apreciadas por grande parte dos alunos do ensino médio; que muitas vezes sofrem com a exigência de memorização de uma quantidade de informações literárias como as características de cada escola literária, o contexto histórico e dados biográficos de autores. Além disso, os alunos, quando cobrados a realizar leitura de uma obra literária, sofrem com a leitura de obras canônicas que estão distantes de sua realidade, tanto no aspecto temporal quanto linguístico, isto é, os alunos não conseguem concretizar uma leitura que remonte a época de produção da obra e encontra dificuldades na decifração de vocabulário, organização sintática e semântica do texto literário.

Palavras chave: Leitura; Didática, Educação.

ABSTRACT

For a long time has been talking about the importance of reading in the development of the student as a citizen and several documents have been created aiming to stimulate the formation of the student reader. Reflecting on the role of reading in school and the importance of the student's training as a reader, we understand that the teacher must go along with this training, seeking to stimulate the student's ability to interact with the knowledge independently. However, it is not difficult to understand, today, is in conversation with teachers and students from various schools, school of Literature are not generally enjoyed by most of the high school students; they often suffer from the memory requirement of a number of literary information as the characteristics of each school, the historical context and biographical data of authors. In addition, students, when charged to perform reading of a literary work, suffer with the reading of canonical works that are far from reality, both in the temporal aspect as languages, that is, students cannot achieve a reading that reassemble the season and finds problems in decipherment of vocabulary, syntax and semantic organization of literary text.

Key words: Reading; Didactics, Education.

INTRODUÇÃO

A perspectiva sócia histórica ancora-se, dentre outras, na teoria de Vygotsky que aponta novos paradigmas para a compreensão do desenvolvimento humano. Essa teoria, fundamentada no materialismo histórico-dialético, contrapõe-se aos reducionismos das concepções empirista, tecnicista e idealista, indicando perspectivas de superá-los. Vygotsky, em sua teoria social do desenvolvimento humano, compreende o sujeito como constituído e construído nas relações sociais, via linguagem. Ele afirma também que, na ontogênese, deve ser considerada não só a linha natural, biológica, mas também a linha cultural, social, histórica. Segundo Vygotsky, o indivíduo, na condição de ser biológico e de ser sociohistórico humano, por meio das relações sociais, pela mediação semiótica, constitui suas formas de ação e sua consciência (Freitas, 1994).

Paulo Freire (1921-1997) desenvolveu o conceito de "educação bancária" em seu livro Pedagogia do oprimido, publicado pela primeira vez no Brasil em 1970. Ele referia-se ao modelo tradicional de prática pedagógica em que o professor é tido como aquele que supostamente tudo sabe e o aluno nada sabe. Os conteúdos escolares são transmitidos passivamente aos alunos, ou seja, o professor deposita na cabeça "vazia" de seus alunos o conteúdo que eles não possuem, como alguém que deposita dinheiro em um banco.

Com relação à formação do professor de Língua Portuguesa e Literatura, para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a Lei no. 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional) reafirma a obrigatoriedade da formação em nível superior, razão pela qual se organizam, dentre outros programas de formação, os cursos na modalidade de EaD, dada a impossibilidade de oferta de cursos presenciais em todos os municípios brasileiros.

A LEITURA DO TEXTO LITERÁRIO E LEITURA LIVRE

O professor deve organizar momentos de leitura livre em que também ele próprio leia, criando um circuito de leitura em que se fala sobre o que se leu, trocamse sugestões, aprende-se com a experiência do outro. O professor deve planejar atividades regulares de leitura, assegurando que te-

nham a mesma importância dada às demais. Ler por si só já é um trabalho, não é preciso que a cada texto lido se siga um conjunto de tarefas a serem realizadas.

O professor deve permitir que também os alunos escolham suas leituras. Fora da escola, os leitores escolhem o que leem. É preciso trabalhar o componente livre da leitura, caso contrário, ao sair da escola, os livros ficarão para trás. A escola deve organizar-se em torno de uma política de formação de leitores, envolvendo toda a comunidade escolar. Mais do que a mobilização para aquisição e preservação do acervo, é fundamental um projeto coerente de todo o trabalho escolar em torno da leitura. Todo professor, não apenas o de Língua Portuguesa, é também professor de leitura. (BRASIL, 1998, p. 71-72).

Uma das sugestões apontadas pelos PCNs (1998, p. 72) ressalta a questão da avaliação da atividade de leitura: "Ler por si só já é um trabalho, não é preciso que a cada texto lido se siga um conjunto de tarefas a serem realizadas". Assim, o professor terá em mente que a atividade de leitura não deve ser realizada com intuito único de avaliar o aluno, seja por meio de fichas, seja por meio de resumos, resenhas, o que transformará a atividade que poderia ser prazerosa e eficiente no a fim de formar leitores em uma tarefa desinteressante e desmotivadora.

De acordo com Kleiman (2008, p. 23), "[...] a insistência no controle diminui a semelhança entre a leitura espontânea, do cotidiano, e a leitura escolar, ajudando na construção de associações desta última com o dever e não com o prazer". Além disso, devemos levar em consideração que algumas tarefas avaliativas cabem para determinados gêneros discursivos e não para outros. Os PCNs apontam, por exemplo, que "produzir esquemas e resumos pode ajudar na apreensão de tópicos mais importantes quando se trata de um texto de divulgação científica; no entanto, aplicar tal procedimento a um texto literário é desastroso, já que apagaria o essencial – o tratamento estilístico que o tema recebeu do autor" (BRASIL, 1998, p.

70).

Não podemos esquecer ainda, no encaminhamento das atividades de leitura, as relações que esta estabelece com a escrita, já que [...] grande parte do trabalho com leitura é "integrado" à produção em dois sentidos: de um lado ela incide sobre "o que se tem a dizer", pela compreensão responsiva que possibilita, na contra palavra do leitor à palavra do texto que se lê; de outro lado, ela incide sobre "as estratégias do dizer" de vez que, em sendo um texto, supõe um locutor/autor. (GERALDI, 1997, p. 165-166).

Assim, para escrever precisamos "ter o que dizer"; precisamos de argumentos para convencer, precisamos de palavras para encantar, para emocionar, divertir, informar, e para tanto, precisamos de exercícios de leitura.

Como é mesmo a pergunta? Ah Quando eu ia dizendo que arte é um trabalho assim mais maneiro, é que é assim mesmo. Pode até não ser, mas parece. É aquele trabalho que não é a luta de todo dia. Tá certo que tem uns que lutam com isso, mas... Arte é um quefazer assim que inventa uma alegriazinha, a senhora compreende? Quer dizer, trabalho mesmo não é que trabalho é como uma dor. E escola também. Pros pobres é. A gente acostuma porque é a vida e... vai indo, vai indo... Perdi. Ali, sim: arte eu não sei. Não é isso das festas na escola? Acho que na escola não carece disso, não. Essa arte, não. Os meninos precisam ir levando jeito pra aguentar o trabalho daqui de fora. Se fica muito animado, aquela coisa frouxa, eles amolecem e... Aqui fora isso vinga, não. (LINHARES, 2003, p. 99).

A definição dessa mãe sobre o que seria Arte tem uma abrangência geral e não a especificidade do literário, mas podemos aqui nos aproximar da literatura, arte da palavra, apresentada por ela como: um trabalho "maneiro" capaz de inventar alegrias. Palavras definidoras, carregadas de sentido e coerência: a arte com seu poder de inventividade são capazes de promover festas no cotidiano escolar. Essa mesma mãe nega, no entanto, a possibilidade da alegria, inserindo trabalho e escola no mesmo conjunto de atividades que não deleitam, mas se constituem como espaço de "dor". Ela ainda destaca que a escola não precisa de "festa", já que a animação e a não rigidez do que seria artístico amolece a criança/jovem, não o preparando para a vida fora da escola.

O filósofo Platão, no século IV a.C., ao construir uma cidade ideal para as novas gerações de Atenas, bane a poesia desse território. O filósofo divide a literatura em duas espécies: uma verdadeira e outra falsa. Na literatura falsa inclui primeiramente as fábulas que são ensinadas às crianças, já que, segundo ele, "[...] é, sobretudo nessa altura que se é moldado, e se enterra a matriz que alguém queira imprimir numa pessoa" (Platão, 1990, p. 87).

O modelo que o poeta deveria seguir para cumprir e compor bem sua fábula são aquele que apresenta um exemplo correto de moral e religiosidade aos guardiões da cidade. A poesia, portanto, não é capaz de educar, trazer conhecimento. Platão expulsa a poesia da República e acolhe a filosofia como forma de conhecimento. Aristóteles, em seu livro Poético (1973), faz uma defesa ao discurso poético, apresentando uma distinção entre a figura do historiador, aquele que narra fatos reais e acontecidos, e a do poeta, aquele que narra o que poderia acontecer, o ficcional. Considerando a imitação como congênita ao homem, ele focalizará o prazer do homem em ver-se representado, abrindo a

possibilidade de aprendizagem por meio da mimese, reconhecendo, desta forma, o lugar da poesia como forma de conhecimento, desde que subordinada à filosofia.

O poeta latino Horácio 65 a.C. a 8 a.C.), em Arte poética, define a poesia como uma atividade doce e útil (docere cum deletare); a primeira seria o contraponto ao dever, obrigação, aquilo que poderia ser realizado sem imposição; o útil estaria relacionado ao aproveitamento do tempo, aquilo que é necessário/pragmático.

Segundo o poeta latino, essas duas funções estariam em confluência na palavra poética. Assim, ao longo da história, vão-se tecendo oposições e contraposições referentes à função da poesia (neste caso a literatura). Outro binômio que pode aqui ser citado é o real em oposição ao ficcional que jogou a referência para um campo à parte da literatura, no entanto é sabido que um texto literário, em sua trama inventiva, não tem como escapulir da inserção referencial.

O discurso literário consegue, evidentemente, ir além da referência e representação de mundo, ao criar um novo mundo com base em dados referentes à vivência do leitor. (Debus, 1996). Como destaca Fernando Fraga de Azevedo, professor e pesquisador do ensino da língua materna em Portugal, o texto literário partilha com os leitores, independentemente da idade, valores de natureza social, cultural, histórica e/ou ideológica, por ser uma realização da cultura e estar integrado num processo comunicativo. Assevera, porém, que pelo potencial ficcional "[...] esses valores são dados a ler de forma não explícita, por meio do jogo de negociação de sentidos estabelecido no diálogo leitor/texto" (Azevedo, 2006, p. 19).

A literatura tem como elemento constitutivo a palavra; a palavra registrada por meio da escrita. Poderíamos então nos indagar: Todo texto escrito é literatura?

Nas palavras de Tavares (1996, p. 27):

Ao lermos ou ouvirmos certas produções como um telegrama, uma certidão de nascimento, um anúncio, uma poesia, uma passagem de um romance ou de um conto, notamos logo sensível diferença no modo de dizer de cada uma. Todas encerram um conjunto de palavras, assim a matéria prima é a mesma: a palavra. Mas em algumas, como na poesia, nossa atenção é despertada para determinadas características, tais como a combinação das palavras, o valor significativo e expressivo dos termos, a gama sonora dos vocábulos, produzindo tudo isso uma impressão bem particular. Por esse viés, nem toda palavra escrita é literatura; algo a diferencia, portanto, das outras formas escritas.

O poeta Manoel de Barros (2010) ao longo de sua produção tem "teorizado" poeticamente sobre o exercício do fazer poético. Segundo ele, a literatura é um fazer

"terápico" que "[...] consiste em desarrumar a linguagem a ponto que ela expresse nossos mais fundos desejos" (p. 347).

O poeta tem como ofício "[...] fazer casamentos incestuosos entre palavras" (p. 399), em contraponto aos textos informativos, que exigem uma "fidelidade" ao fato acontecido. Na literatura "os absurdos enriquecem" a sua construção. Cabe, todavia, questionarmos: para quê nos serviria este (des) arranjo de palavras que nos põe de sobressalto diante a realidade percebida?

Os PCNs (BRASIL, 1998) da Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental apresentam o texto como unidade de ensino, desenvolvendo uma reflexão específica sobre a "especificidade do texto literário" considerando-o como uma "forma peculiar de representação e estilo, construção autônoma em que predominam a força criativa da imaginação e a intenção estética" (BRASIL, 1998, p.

26) em que entram em diálogo a realidade e a fantasia:

Pensar sobre a literatura com base na relativa autonomia ante outros modos de apreensão e interpretação do real corresponde a dizer que se está diante de um inusitado tipo de diálogo, regido por jogos de aproximação e afastamento, em que as invenções da linguagem, a instauração de pontos de vista particulares, a expressão da subjetividade podem estar misturadas a citações do cotidiano, a referências indiciais e, mesmo, a procedimentos racionalizantes. Nesse sentido, enraizando-se na imaginação e construindo novas hipóteses e metáforas explicativas, o texto literário é outra forma/fonte de produção/apreensão de conhecimento. (BRASIL, 1998, p. 26).

Nesse nível de ensino, embora os gêneros literários apareçam referenciados como privilegiados para a prática da escuta e leitura de textos, bem como para a prática e produção de textos orais e escritos, não são apresentados encaminhamentos metodológicos específicos para o trabalho com a literatura. Tal constatação é feita também por Gomes (2010). Esse autor destaca ainda a inexistência de referência à vasta produção literária que circula no mercado editorial brasileiro, cujo público-alvo são os alunos dessa faixa etária; a falta de circulação dessa produção, a partir dos programas de promoção da leitura desenvolvidos pelo governo, assim como a desconsideração para a importância do papel dessa literatura na formação de leitores.

[...] desconhecendo que o fazer artístico não se prende a regras, mas transcende

os limites da gramática-padrão. Não é valorizada a intenção estética que propicia a liberdade criativa do autor, o qual pode fugir da norma culta se sua intenção é representar o dialeto não-padrão, por exemplo. (Martins, 2006, p. 94).

O terceiro mito, o de que a linguagem literária é marcada pela especificidade, muito presente nas salas de aula, tem base em enfoques formalistas e estruturalistas, que não levam em conta as relações texto e contexto e leitor e texto, isso é, as condições de produção e recepção. A autora traz, como exemplos, os estudos de Pratt, que desenvolve reflexões sobre a obra literária como "[...] representação da fala diretamente relacionada ao contexto comunicativo" (Martins, 2006, p. 95). Desse modo, a discussão sobre a linguagem literária e não literária deveria recair sobre os "[...] pontos de confluência entre a literatura e os discursos que produzimos cotidianamente" (Martins, 2006, p. 96).

Segundo Martins (2006, p. 96), Disseminam perspectivas preconceituosas subjacentes à prática pedagógica que precisa ser repensada. Ao perpetuar esses mitos, a escola contribui para a formação de leitores possivelmente acríticos, com uma visão reduzida do fenômeno literário e promove a manutenção do status daqueles que encontram, na leitura literária e nas habilidades intelectuais, uma forma de poder, discriminando aqueles que não percebem a dimensão polissêmica, simbólica, transgressora do fazer artístico literário.

Soares (1999) assevera que não devemos atribuir conotação pejorativa à escolarização, já que ela é inevitável e necessária. Negar a escolarização seria negar a própria escola, no entanto existe uma escolarização adequada e outra inadequada no trato com o conhecimento, nesse caso, o literário. A primeira seria [...] aquela que conduza mais eficazmente às práticas de leitura que ocorrem no contexto social e às atitudes e valores que correspondem ao ideal de leitor que se quer formar - e uma escolarização inadequada, errônea, prejudicial da literatura - aquela que antes afasta que aproxima de práticas sociais de leitura, aquela que desenvolve resistência ou aversão à leitura. (Soares, 1999, p. 25).

Ainda que a literatura tenha conquistado um pequeno espaço no currículo escolar, o problema restringe-se ao fato de se saber o que fazer com ela na sala de aula. A resposta dada por Gustave Lanson (apud, Colomer, 2007, p.37), formulada com referência na moderna educação francesa, em 1894, permanece atual e correspondente ao afirmar que: A ideia de que um jovem quando sai do liceu tem

"que" saber literatura é uma das mais absurdas que conheço; a literatura, para a maior parte das pessoas, não há de ser um objeto de conhecimento concreto, mas um instrumento de cultura e uma fonte de prazer.

A literatura deverá ser um prazeroso objeto de análise pessoal de modo que o indivíduo possa usar competências e conhecimentos específicos de uma determinada formação exigida pelo contexto do próprio texto, permitindo-se assim sua interpretação no seio de uma determinada cultura. Conforme nos coloca Colomer (2007, p. 31):

É com base neste valor formativo que se pode afirmar que o objetivo da formação literária é, em primeiro lugar, o de contribuir para formação da pessoa, uma formação que aparece ligada indissoluvelmente para a construção da sociabilidade e realizada por meio da confrontação com textos que explicitam a forma em que a gerações anteriores e as contemporâneas abordaram a avaliação da atividade humana por meio da linguagem.

Como nos coloca a autora Nelly Coelho (apud, Paulino e Cosson, 2009, p. 69): É imperioso perceber que o conhecimento de forma isolada tampouco pode responder às questões colocadas pelo ser humano atual, por isso é imprescindível à integração e o estabelecimento de relações. "Saber que somos resultantes dessas

'relações' e dessa 'integração' é a nova consciência a ser por nós conquistados".

Nessa perspectiva, o pensamento pós-moderno propõe uma nova forma de produzir o conhecimento, de forma mais abrangente e reflexiva, em que não se divida partes para que se façam conexões entre elas, mas se utilize de temas totalizadores, multidisciplinares, aos quais é possível chegar à interpretação por meio de diferentes áreas do conhecimento e da experiência pessoal do leitor.

A fragmentação pós-moderna não é disciplinar e sim temática. Os temas são galerias porem que os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros. Ao contrário do que sucede no paradigma atual, o conhecimento avança à medida que seu objeto se amplia, ampliação que, como a da árvore, procede pela diferenciação e pelo alastramento das raízes em busca de novas mais variadas interfaces. Dessa maneira seria interessante que as escolas integrassem o estudo de literatura as demais disciplinas escolares para que a literatura cumpra seu papel transdisciplinar, de fio condutor de reflexão entre as diversas áreas do conhecimento dentro de um processo dinâmico e aberto. Neste contexto, Coelho (2000, p. 24) afirma que a Literatura pode ser usada como um meio de trabalhar outras disciplinas mostrando que:

A Literatura é um autêntico e complexo exercício de vida, que se realiza com e na Linguagem – esta complexa forma pela qual o pensar se exterioriza e entra em comunicação com os outros pensares. Espaço de

convergência do mundo exterior e do mundo interior, a Literatura vem sendo apontada como uma das disciplinas mais adequadas (a outra é a história) para servir de eixo ou de "tema transversal" para a interligação de diferentes unidades de ensino nos novos Parâmetros Curriculares. O ideal seria construir uma nova prática de ensino de literatura estabelecendo-se um elo entre as outras disciplinas, já que uma obra literária é lida avaliada e investida de significações variadas advindas de diversos ramos do conhecimento.

Conforme nos apresenta Coelho (2000, p. 25):

[...] Faz-se necessário um sistema que articule entre si as diferentes áreas do saber, hoje dissociadas, tais como a história, a geografia, a sociologia, a ciência das crenças, uma vez que as realidades imaginárias são extremamente importantes para conhecermos o ser humano. O trabalho com textos literários também pode ser um excelente instrumento para que o aluno visualize as diferenças entre a linguagem oral e a escrita, de modo que o aluno possa observar e fazer uso do léxico em diferentes contextos enriquecendo seu vocabulário em práticas linguísticas concretas, podendo também o texto literário levar o aluno a perceber melhor as relações morfossintáticas da língua, observando a distribuição das palavras, frases e períodos dentro da estrutura de determinado gênero literário. Algo bastante diferente dos textos que circulam na esfera social (cartas, entrevistas, relatórios, notícias, receitas, currículos etc.), que já são escritos e lidos com objetivos estabelecidos sem que haja a permissão de uma leitura de múltiplos sentidos. Isso faz com que o aluno perceba que existem outras possibilidades de uso da língua.

Assim, por meio da literatura, o aluno pode desenvolver diversas competências e habilidades, sendo-lhe permitido assumir uma atitude crítica em relação ao mundo, advinda das diferentes mensagens e indagações que a literatura oferece. Como diz Jacinto do Prado Coelho (1976, pg.46):

[...] Não há, suponho, disciplina mais formativa que a do ensino da literatura [...] Saber idiomático, experiência prática e vital, sensibilidade, gosto, capacidade de ver, fantasia, espírito crítico – a tudo isto faz apelo a obra literária, tudo isto o seu estudo mobiliza. [...] A literatura não se fez para ensinar: é a reflexão sobre a literatura que nos ensina. O aluno que lê tende a desenvolver seu senso crítico e melhorar sua escrita. Para tanto, devemos incentivar o aluno para a visão e o uso da literatura como algo bom, natural, fácil e prazeroso.

Sendo assim, faz- se imprescindível que o convívio com os livros extrapole o desenvolvimento dos conteúdos sistemáticos aplicados pela escola e que a literatura passe a ser procurada de forma espontânea sem a necessidade de ser uma leitura obrigatória, mas do próprio interesse do indivíduo frente suas dúvidas e vontade própria de se aventurar nas páginas do que pra ele é um bom livro de literatura.

A literatura deve visar à formação de um leitor crítico, consciente e capaz de criar seu próprio significado, dando-lhe autonomia para criar e recriar seu próprio pensamento, já que a leitura é o processo pelo qual o leitor realiza um trabalho ativo de interação, compreensão e interpretação do texto, com base em seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor e de tudo o que se sabe sobre linguagem. Para tal procedimento existem características fundamentais no processo de leitura de uma obra literária que o leitor tem que se habilitar para monitorar a qualidade da compreensão do que está lendo, mas para isso o leitor precisa receber subsídios adequados para se tornar um bom leitor, ou seja, aquele que é capaz de refletir perante as marcas deixadas pelo autor junto dos conhecimentos prévios socialmente adquiridos.

Aos ideais dos educadores da década de 1980, de uma formação humana multilateral, sobrepõem-se políticas públicas neoliberais em que a qualidade da instrução e do conteúdo é condição para a melhoria do processo de acumulação do capital. Essas políticas traduzem-se, por exemplo, na criação de sistemas de avaliação, tais como SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica; ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio; Provão – Exame Nacional de Cursos de Graduação; ANRESC – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar Prova Brasil, Provinha Brasil; IDEB – Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico; FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, dentre outras medidas "que objetivam adequar o Brasil à nova ordem, bases para a reforma educativa que tem na avaliação a chavemestra que abre caminho para todas as políticas: de formação, de financiamento, de descentralização e de gestão de recursos" (FREITAS, 2002, p. 142).

Se por um lado as concepções que subjazem às políticas públicas reduzem o trabalho pedagógico a uma dimensão puramente racional, atribuindo valor excessivo aos dados estatísticos; por outro, impõem ao professor reflexões sobre o sentido da docência e sobre a importância de se manter em constante relação com a sociedade em que se insere. Assim, os professores muitas vezes são responsabilizados pelos baixos índices de desempenho de seus alunos e dos resultados gerais da instituição escolar. Em decorrência, são impelidos a uma formação contínua com vistas à melhoria da eficácia do ensino.

[...] a representação que a imprensa faz das capacidades de ler e escrever das

professoras, geralmente baseada em fatos anedóticos, mostra suas falhas tanto em relação a práticas cotidianas de leitura e escrita [...] quanto em relação a práticas especializadas [...]. Além disso, ela é representada como não leitora, não porque não leia, mas porque não tem familiaridade com a apreciação da literatura legítima (em oposição à literatura para as massas). (KLEIMAN, 2001, p. 43).

Tal crítica fundamenta-se em concepção de língua cuja norma-padrão, variedade linguística de prestígio social, é a única aceita e na qual a leitura que se considera é, unicamente, a de textos literários. Estamos falando de questões de letramento. Assim, destacamos que a pesquisadora Vera Masagão Ribeiro, doutora em Educação pela PUC/SP e coordenadora da ONG Ação Educativa/SP, comprovou, em pesquisa realizada na cidade de São Paulo, que a classe dos professores tem capacidades de uso da escrita superiores aos resultados de outros grupos de profissionais liberais.

José Carlos Libâneo importante pedagogo e escritor contemporâneo, mestre e doutor em educação brasileira, aborda os conceitos de didática e as metodologias de ensino que possibilitem o desenvolvimento dos alunos. A fim de realizarmos um estudo aprofundado no conceito de Didática e relacioná-lo com as bases desse termo surgidas com Comenius, tomamos como ponto de partida a obra Didática, de Libâneo com base nesse estudo, faremos uma interligação, compreensão e firmação do conceito. Vejamos primeiramente como é definida a didática por Libâneo:

A didática é o principal ramo de estudos da Pedagogia. Ela investiga os fundamentos, condições e modos de realização da instrução e do ensino. A ela cabe converter objetivos sociopolíticos e pedagógicos em objetivos de ensino, selecionar conteúdos e métodos em função desses objetivos, estabelecer os vínculos entre ensino e aprendizagem, tendo em vista o desenvolvimento das capacidades mentais dos alunos. A didática está intimamente ligada à Teoria da Educação e à Teoria da Organização Escolar e de modo muito especial, vincula-se à Teoria do Conhecimento e à Psicologia da Educação. (LIBÂNEO, 1994, p.25-26).

O trabalho docente constitui o exercício profissional do professor e este é o seu primeiro compromisso com a sociedade. Sua responsabilidade é preparar os alunos para se tornarem cidadãos ativos e participantes na família, no trabalho, nas associações de classe, na vida cultural e política. (Libâneo, 1994, p.47).

Assim como Comenius, Libâneo, também aponta as principais funções de uma instituição de ensino; o estímulo ao conhecimento e as competências e habilidades do aluno; a separação por faixa etária; a aplicação de valores morais; o papel do professor como mediador entre o aluno e o mundo e o destaque para o ensino da Língua Materna, definindo a aprendizagem da língua portuguesa como o ramo de cunho mais importante por estar presente na compreensão das demais disciplinas. O ensino de Português é uma das mais importantes responsabilidades profissionais do professor, já que é condição para a aprendizagem das demais disciplinas, além de ser instrumento indispensável para a participação social dos indivíduos em todas as esferas da vida: profissional, política, cultural. (, LIBÂNEO, 1994, p.45).

O próprio Libâneo faz referência à teoria de Comenius em sua obra, porém é exatamente nessa referência que conseguimos encontrar a principal diferença existente entre as duas perspectivas: século XVII e contemporânea. Como já foi abordado anteriormente, Comenius defendia o ideal da sensibilidade, do aprender por meio da natureza, mantendo contato com a mesma e Libâneo se opõe a essa defesa. Vejamos:

[...] sua ideia de que a única via de acesso é a experiência sensorial com as coisas não é suficiente, primeiro porque nossas percepções frequentemente nos enganam segundo, porque já há uma experiência social acumulada de conhecimentos sistematizados que não necessitam ser descobertos novamente. (LIBÂNEO, 1994, p.59).

Evidenciamos, portanto, a mudança de conceitos ao passar do tempo, a percepção diferenciada em épocas distintas.

Entretanto, Comênio desempenhou uma influência considerável, não somente porque se empenhou em desenvolver métodos de instrução mais rápidos e eficientes, mas também porque desejava que todas as pessoas pudessem usufruir dos benefícios do conhecimento. (LIBÂNEO, 1994, p.59).

O tempo passa e com ele novas necessidades surgem, assim também ocorre no setor educacional, com as atualizações, a globalização, novas demandas, o ensino também clama por novas metodologias, por recursos mais próximos da atualização mundial tecnológica. A Informática passa a ocupar todos os setores mundiais, a internet, com as redes sociais, inúmeros sites disponibilizando notícias a tempo real, conteúdos estudantis, tudo mais prático e cômodo, esse mudo informatizado domina até mesmo o setor educacional, culminando na inserção dos recursos midiáticos em sala de aula.

A utilização das tecnologias proporciona ambientes pedagógicos mais ricos, que transformam a instituição em um espaço de fomento de novas metodologias. (Jornal UNESP, 2012, p.2). O uso da tecnologia dentro do setor educacional ocasiona uma revolução e ao mesmo tempo uma evolução. Revolução a fim de muitas vezes não ser

aceito pela prática tradicional de ensino, ou até mesmo, acarretar certo receio por parte dos professores que não estão habituados ao uso de recursos tecnológicos. E evolução por enriquecer o educacional, com uso de materiais como o data show e a lousa digital, que possibilitam um desempenho satisfatório por tornar os conteúdos mais dinâmicos, próximos do cotidiano dos alunos e a utilização do lúdico.

O método tecnológico busca uma centralização do aluno, ou seja, um ensino que o favoreça, algo que funcione como um facilitador do ensino. Entendamos melhor: Já faz algumas décadas que se fala nas escolas brasileiras - e de boa parte do mundo - de "mudança de paradigma" na educação.

O professor agora sai do papel de protagonista, de sujeito da situação e passa a ocupar um papel de orientador, é com ele que se aprende, e é ele quem faz uma ligação entre o conteúdo, o recurso tecnológico selecionado e o cotidiano do aluno. Segundo Pimenta, o docente torna-se "apenas um orientador e organizador das situações de ensino". (PIMENTA, 2005, p.35).

Fica evidente que o professor, agora, é o formador e, como tal, precisa ser autodidata, ou seja, buscando autoconhecimento e melhores formas de aplicar conteúdos, além de ter que aprender a manusear aparelhos tecnológicos, além de ocupar a posição de integrador entre os discentes e os conteúdos, difusor da comunicação e informação, levantador de questionamentos e debates, altamente criativo, flexível à incorporação das mídias em ambiente escolar, se comprometido com as mudanças desta nova era.

Cabe ao docente o papel de mediador de conhecimento, com domínio dos conteúdos de forma bem estruturada, clara e objetiva, sob uma perspectiva nova. Além de pensar na elaboração de aulas distintas em um contexto mais dinâmico e completo, fornecendo informação de forma progressiva de acordo com a globalização que acaba por dominar o setor educacional. É exatamente nesse contexto que incluímos a inserção midiática em sala de aula. O professor tem que se adaptar ao meio e tentar transmitir sua didática, partindo de um princípio em que o meio em que o aluno vive deve ser levado em conta, assim buscando sua cultura e sua realidade. Daí então o professor começa a apresentar para o aluno o mundo que ele não conhece (CANDAU, 1999, p.52).

Com base nessa citação extraída da obra de Vera Candau, fica bem evidente essa necessidade surgida, na Educação, de inserir recursos tecnológicos, já que nos encontramos em uma era em que há predomínio do aprender, portanto, devem-se levar em consideração os métodos que mais se aproximam do cotidiano estudantil. E, assim como Citelli (2004) afirma, estamos vivendo na chamada "sociedade informática", na qual a base de tudo é a tecnologia, de modo que todo aluno, ou grande parte deles, têm contato frequente com esses recursos, e como método de fixação de conteúdo, são excelentes facilitadores.

Esta sociedade é caracterizada como a sociedade da informação e do conhecimento. As mudanças ocorrem de forma veloz e para nela estar incluída faz-se necessário que as pessoas estejam capacitadas para exercer à dinâmica do mundo moderno. Diante disso, mudança é considerada a palavra de ordem neste novo século, e a escola deve se adequar a ela, uma vez que exerce enorme influência na sociedade. (SANTOS; COSTA, 2010, p.2).

Nesse novo paradigma imposto na educação, é gerado um novo profissional, já que o professor tem que estar apto a também aprender, a se atualizar mediante a tecnologia, e acima de tudo, sem o receio de que possa ser substituído por uma máquina, este acaba por ser o maior problema enfrentado quando se insere a tecnologia em um ensino tradicional, a não aceitação por parte de profissionais que temem ser substituídos e perderem a autoridade dentro do ambiente. Na escola de hoje, o professor assume o papel de facilitador.

O computador é o instrumento mais próximo da vida social de um aluno e pode sim estar incluso no ambiente educacional, sendo uma excelente ferramenta de trabalho. A internet como mídia e a que mais crescem nos últimos anos e tende a ser a mídia mais popular em médio prazo, tem uma característica ampla de possibilitar diversos tipos de comunicação e interações entre culturas, de forma bastante enriquecedora [...] (Tajra apud Santos; Costa, p. 3).

A internet disponibiliza conteúdos educativos excelentes, além de informação atualizada em tempo real, desde que seja trabalhada de forma correta, apresentando seus limites. É um recurso que trabalha com imagem, cor, som, exatamente o lúdico, que facilita a integração do conteúdo e a assimilação do que é aprendido. Juntamente com o uso da internet, conseguimos interligar ao uso de data - show, tudo o que pode ser capturado por meio da internet pode ser repassado por meio deste. O data- show, instrumento já utilizado por grande parte de professores e instituições de ensino, é uma das ferramentas tecnológicas mais completas e de fácil acesso. Por meio deste é possível introduzir todas as linguagens abordadas por (Citelli 2004) em sua obra Outras Linguagens na Escola, a publicidade, cinema e TV, rádio, jogos e informática, linguagens essas próximas e atrativas ao aluno, e todas podem ser transmitidas por meio do aparelho em questão.

As propostas de mudanças qualitativas para o processo de ensino aprendizagem no nível médio indicam a sistematização de um conjunto de disposições e atitudes como pesquisar, selecionar informações, analisar, sintetizar, argumentar, negociar significados, cooperar, de forma que o aluno possa participar do mundo social, incluindo-se aí a cidadania, o trabalho e a continuidade dos estudos. (CITELLI 2004, p.5).

A estrutura simbólica da comunicação visual e/ou gestual como da verbal constitui sistemas arbitrários de sentido e comunicação. (Citelli 2004, p.6) Evidenciamos, dessa forma, o trabalho lúdico com a objetivação de assimilação de conteúdos.

É necessário que o uso da tecnologia seja esclarecido, já que não se deseja que o ser humano se torne escravo da mesma, mas sim que a utilize como meio de aprimoramento de conteúdos, por isso, a necessidade de tecnologia nas escolas, como uma maneira de explicar o uso devido da tecnologia. Cabe à escola o esclarecimento das relações existentes, a indagação de suas fontes, a consciência de sua existência, o reconhecimento de suas possibilidades, a democratização de seus usos. (CITELLI 2004, p.12).

É estabelecido pelo PCN que se apliquem as tecnologias de comunicação e informação na escola, focando a Informática, porque conforme relatado na pagina 13 destes parâmetros "a Informática, faz parte do cotidiano e do mundo do trabalho [...] Conviver com todas as possibilidades que a tecnologia oferece é mais que uma necessidade, é um direito social".

O tradicional proporciona um contato físico entre professor aluno, em razão ao fato das aulas serem expositivas, em que o recurso mais utilizado é a fala, por meio de improviso, paráfrase e registro em lousa. Portanto a avaliação obtida nas escolas tradicionais se traduz em:

Desenvolver no aluno o ato de reproduzir o que o professor lhe ensina, exatamente como o professor lhe ensinou, desenvolvendo assim um pensamento que compete ao professor não ao aluno. Consequentemente o professor só poderá ser considerado um bom professor se obtiver uma boa nota por parte dos alunos. Resumindo, a aprendizagem, o ensino tanto do aluno quanto do professor baseia-se no mero fato de decorar o que foi ensinado. (SANTOS, COSTA, 2010, p.2).

O maior equívoco do tradicionalismo educacional ocorre quando o conteúdo é transmitido de forma com que o aluno apenas o veja como algo a ser decorado, a fim de que haja obtenção de nota em avaliação. Essa visão referente a conteúdo, aula e disciplina gera o desinteresse do aluno, que por sua vez, não apresenta desempenho tão satisfatório quanto o esperado. Conforme se é pregado pela educação, o ideal seria que o aluno compreendesse o que lhe é transmitido e não o decorasse ou memorizasse com o intuito de obter nota. Conforme é afirmado por Vasconcelos (1995, p. 21), é exatamente isso que o tradicional acaba pregando:

O aluno recebe tudo pronto, não problematiza, não é solicitado a fazer relação com aquilo que já conhece ou questionar a lógica interna do que esta recebendo e acaba se acomodando. A prática tradicional é caracterizada pelo ensino "blá-blá-blante", salivante, sem sentido para o educador, meramente transmissora, passiva, a - crítica, desvinculada da realidade, desconectada. (VASCONCELOS apud SANTOS; COSTA, 2010, p.2).

O tradicional não é muito aberto em relação às inovações, daí a dificuldade em relação à implantação do moderno, ou seja, o tecnológico. Método este que trabalha além do conteúdo teórico, o som e a imagem, possibilitando uma visão lúdica e o um ensino dinâmico. Segundo Geraldi (1992, p.5), "A língua é uma capacidade a ser desenvolvida por meio de atividades que levem a criança à reflexão." Daí a ideia de trabalhar á linguagem por meio de atividade que coloque em prática determinadas reflexões; assim como é estipulado pelo PCN (1997, p.15)

"[...]".

Para que a Língua Portuguesa seja compreendida, é necessário que haja a transmissão de conteúdo de forma gradativa, ou seja, do conteúdo menos complexo ao mais complexo; além disso, é interessante trazer o cotidiano do aluno para dentro do ambiente da sala de aula, realizando dessa forma atividades que estimulem o aluno a produzir textos narrando fatos acontecidos em determinadas situações vivenciadas por ele, acarretando, dessa forma, o interesse e a motivação por parte do aluno. Geraldi aborda essa gradação do ensino, vejamos: Para que haja uma organização e sistematização do conhecimento, é importante que se gradue o conteúdo, do mais fácil para o mais difícil, do concreto para o abstrato, para que, com essa operacionalização, se possa avaliar corretamente o aluno. (GERALDI, 1992, p.5).

Outro aspecto de extrema importância é o desenvolvimento da leitura, o ato de ler está extremamente ligado ao ideal de integrar a vida social à vida estudantil.

Segundo Geraldi (1992, p.39) "O ensino da leitura e da redação na escola não pode fugir desse processo de construção social, dessa participação [...]". Infelizmente, a prática de leituras nas escolas é vista como um processo mecanizado, no qual o aluno é submetido a ler aquilo que é intitulado pela escola, geralmente o livro didático, como se a única função de ler fosse a pronúncia correta das palavras. Essa mecanização desconsidera as inúmeras possibilidades de leitura acerca da escola e a importância da prática de ler

como algo prazeroso.

Geraldi aborda em sua obra a forma como a leitura está presente em todos os lugares, em tudo o que nos cerca: No nosso dia-a-dia lemos ora para encontrar informações de que necessitamos, ora para saber notícias, seguir instruções, ora para nos localizarmos no tempo e no espaço, ora para nos divertirmos e passarmos o tempo. Lemos o que escrevemos para nos certificarmos de que dissemos o que queríamos. Lemos à vezes, sem querer, o que o mundo joga diante dos nossos olhos e lemos o que outros escrevem. (GERALDI 1992, p.39).

A prática da leitura está intimamente ligada ao desenvolvimento da escrita, outro foco das aulas de Língua Portuguesa. Desenvolver a escrita dentro da sala de aula é uma atividade de suma importância para todos os conteúdos, é por meio da escrita que o aluno consegue se expressar argumentar, defender, criticar, narrar. A escrita está interligada à capacidade de interagir com o mundo, de conseguir narrar os fatos vivenciados, é uma produção linguística. Não há limites de competência

Seja na modalidade oral da linguagem, seja na modalidade escrita, o que temos concretamente é o discurso, o texto em que se narra, se descreve, se emitem opiniões, se alinham argumentos, tudo em movimento. (Ibid., p.50). O ensino da gramática é imposto pelas instituições de forma incorreta, pretendendo ser abrangente, ocasionando assim uma lista de conteúdos que se tornam obrigatória a serem memorizados; com uma tentativa de simplificação, abordando, dessa forma, conteúdos em frases soltas, palavras soltas, sem trabalhar a capacidade do aluno de conciliar os conceitos aprendidos encontrando-os em textos. Ocorre uma fragmentação dos conteúdos gramaticais e uma obrigatoriedade de memorização.

Segundo Geraldi (1992, p.63):

"Ao explorá-los didaticamente, os assuntos gramaticais são tratados como fragmentos, como se não tivessem relação entre si, e se submetem à arbitrariedade da seriação escolar". Essa "arbitrariedade" no ensino da gramática, também é abordada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, que defende o ideal que não se pode confundir a gramaticalidade (que se deve levar em consideração a gramática já advinda na "bagagem" humana do aluno) com as normas (quantidade de regras a serem memorizadas).

O estudo gramatical aparece nos planos curriculares de Português, desde as séries iniciais, sem que os alunos, até as séries finais do Ensino Médio, dominem a nomenclatura. Estaria a falha nos alunos? Será que a gramática que se ensina faz sentido para aqueles que sabem gramática porque são falantes nativos? A confusão entre norma e gramaticalidade é o grande problema da gramática ensinada pela escola. O que deveria ser um exercício para o falar/escrever/ler melhor se transforma em uma camisa de força incompreensível. (PCN, 1997, p.16).

Em uma aula de Língua Portuguesa e Literatura são imprescindíveis a utilização do método tradicional, desde que este seja aplicado da forma correta. Por meio das aulas expositivas, o professor dispõe de dois importantes recursos para aulas de línguas: o improviso e a paráfrase. Por meio do improviso, o professor se expressa, discursa sobre determinado assunto e por meio da paráfrase repassa os ensinamentos de importantes estudiosos.

Com os métodos tradicionais, o professor pode utilizar a lousa comum como forte instrumento no auxílio dos vocábulos, a fim de realizar anotações de palavras desconhecidas de tal modo que incentive o aluno a anotá-las, havendo enriquecimento de vocabulário, com o auxílio dos dicionários; o aluno aprendendo a manuseá-lo, corretamente, obtém um recurso de estudo que possibilita compreensão de textos. O desvelar para a criança do que é ser leitor e ser escritor e de como ela se constitui como tal é que permite que se atinja a relação fundamental para uma proposta de Ensino de Língua Portuguesa: a relação entre o conteúdo que se propõe e para quem ele se propõe. (GERALDI, 1992, p.39).

A leitura traz, por conseguinte, a habilidade da escrita, conteúdo de suma importância para o Ensino de Língua Portuguesa. O tradicional, conforme já foi abordado, coloca o professor como centralidade, obtendo o poder da palavra, poder este que pode ser utilizado como uma ferramenta para realização de debates, como forma de se trabalhar argumentação, remetendo assim à nossa ideia central de que a língua trabalha com o poder cognitivo do aluno.

As aulas de Literatura podem se tornar mais atrativas com esse recurso, já que os alunos, em grande maioria, são amantes do cinema; "[...] dizemos que a adaptação de uma obra literária para o cinema [...] é a expressão da mesma obra em outra linguagem e em outro tempo". (Citelli, 2004, p.84).

Um excelente recurso pedagógico são os Desenhos Animados, por trabalharem com o lúdico, despertando o interesse e permitindo uma relação e uma proximidade com o cotidiano, além de trazer as imagens, os textos não-verbais, a construção de enredos, a possibilidade interpretativa. Desenvolver um trabalho com imagens, com a linguagem dos cartoons, é estar em constante busca interativa com a sociedade em que vivemos. É ter consciência de que a comunicação não se esgota no verbal, e que a cada dia temos os nossos sentidos estimulados para captar novos códigos e novas mensagens. (CITELLI, 2004, p.129).

O Rádio, um dos mais importantes meios de comunicação, pode e deve estar inserido na educação, possibilita um recurso de atualização, já que por meio do rádio, as notícias são transmitidas; fornece a música, importante material para interpretação textual, análise de termos gramaticais, Inter textualização com poemas e obras de arte; um instrumento, diversas possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor precisa antes de tudo, ser um pensador reflexivo sugerindo um caminho didático em que estejam inseridos os desafios da leitura literária com objetivo de inovar os padrões já estabelecidos e promover um "fazer" diferente, em que a reflexão, a crítica e as criatividades sejam permanentes. Todavia, se queremos uma escola que tenha qualidade, o texto literário tem que estar presente em novas metodologias de ensino, já que é isso que sugere e dá vazão à aprendizagem.

Se nos dias de hoje o ensino da literatura vem decrescendo faz-se necessário que se concretizem essas novas propostas de práticas pedagógicas de leitura reflexiva, de leitura a partir das obras literárias, de uma interpretação dialógica, já abordada por autores, estudiosos na área e pelas orientações curriculares oficiais há algum tempo. É preciso que o professor tenha consciência de que uma de suas funções é organizar, para o aluno, sua relação com o texto literário, criando situações que o levem a construir seu próprio conhecimento, partindo das ideias e saberes que o aluno já possui, valorizando e respeitando suas contribuições, estimulando um processo autônomo de aprendizagem.

Conclui-se, ainda, que, na escola, cabe ao professor de Língua Portuguesa criar condições que propiciem ao aluno contato com a linguagem padrão e coloquial; nessa integração, mostrar que as variações da linguagem são aceitas de modo geral, embora existam situações em que há predomínio do uso de uma sobre a outra. Os Parâmetros Curriculares em vigor permitem entender que o papel da escola é prover a formação necessária a seus alunos, de forma que sejam usuários da língua no padrão, o que lhe proporcionará condição à ocupação de posição na sociedade da qual fazem parte.

Por outro lado, a literatura também traz que grande parte da clientela de Ensino Fundamental e Médio entra na escola com uma apropriação de padrões linguísticos distantes dos que a sociedade aceita e respeita, mesmo assim, à criança não pode ser falado que a linguagem que ela utiliza não é adequada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC, 1998.

CANDAU, Vera Maria (Org.). Rumo a uma Nova Didática. 19ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CITELLI, Adilson. CHIAPINNI, Lígia: Outras Linguagens na Escola. São Paulo: Cortez, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERALDI, J. W. (Org.). O texto na sala de aula. Cascavel: Assoeste, 1984

GNERRE, M. Linguagem, escrita e poder. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

GERALDI, João W. O Ensino de Língua Portuguesa no Primeiro Grau. São Paulo: Atual, 1992. LIBÂNEO, José C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

KLEIMAN, A. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1985.

LIBÂNEO, José C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

LINHARES, Ângela Maria Bessa. O Tortuoso e Doce Caminho da Sensibilidade: um estudo sobre arte e educação. 2. ed. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2003.

MARTINS, I. A literatura no ensino médio: quais os desafios do professor? In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Orgs.) Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

NÉRICI, Emídio G. Didática Geral Dinâmica. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1973, p.35.

PIMENTA, Selma Garrido; Anastasiou. Léa das Graças Camargos. Docência no Ensino Superior. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Adriana; COSTA, Jeane. Pedagogia do Século XXI: Mídias. Macapá: Instituto de Ensino Superior Atual, 2010.

SOARES, M. B. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1986.

____. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.